

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

RAE 02/2015

Data: 01 de setembro de 2015

Horário: das 14h às 15h30min

Local: Sala 506-a

Mediador: Carolina da Silva Ferreira

Participantes:

Desa. Ana Luíza Heineck Kruse – Vice-Presidente,
Des. José Felipe Ledur – Diretor da Escola Judicial,
Juiz Ricardo Fioreze – Juiz Auxiliar da Presidência,
Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi – Juíza Auxiliar da Corregedoria,
Soraia Bohn – Secretária-Geral da Presidência,
Aldo da Silva Jardim – Secretário-Geral Judiciário Substituto,
Mário Garrastazu Médici Neto – Diretor da Secretaria de Comunicação Social,
Daniela Vaz dos Santos – Diretora da Secretaria de Administração,
Denilson Ribeiro de Quadros – representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações,
Bárbara Burgardt Casaletti – Diretora-Geral Substituta
Carolina da Silva Ferreira – Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Apoio:

Maria Augusta K. Arnold – Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais
Romy Bruxel – Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Pauta:

1. Situação dos projetos estratégicos;
2. Situação das ações setoriais;
3. Atividades em desenvolvimento pelas áreas responsáveis pelas metas.

Considerações iniciais:

Justificaram ausência a Des. Cleusa Regina Halfen, Presidente, em viagem a Brasília, Des. Carmen Izabel Centena Gonzalez, Vice-Corregedora, em Correição; Natácha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, em férias, e o Diretor-Geral, Luiz Fernando Taborda Celestino, em viagem a São Paulo.

Deliberações:

A reunião foi presidida pela Des. Ana Luíza Heineck Kruse, que, ao iniciar os trabalhos, cumprimentou a todos, passando a palavra a Carolina da Silva Ferreira, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Carolina iniciou a apresentação referindo-se à obrigatoriedade de realização de pelo menos três Reuniões de Análise da Estratégia ao ano, sendo a presente a segunda de 2015. Referiu ser a RAE uma oportunidade de lembrar o que foi estabelecido no início do ano e informar sobre o que está sendo desenvolvido na gestão estratégica, não só no âmbito da AGE, mas também nos demais setores, já que a gestão estratégica permeia toda a Instituição.

Antes de abordar os pontos da pauta, Carolina apresentou o Mapa Estratégico do TRT4, com os registros dos “faróis do SIGEST” que demonstram o desempenho da Instituição por objetivo. Ao lado de cada objetivo, as cores vermelha, verde e amarela indicam se o objetivo está sendo alcançado ou não.



Em seguimento, Carolina passou para os itens da pauta.

1. Situação dos projetos estratégicos:

Foi apresentada a lista dos projetos estratégicos aprovados para o período 2015-2020, divididos em dois grupos:

a) Projetos que já estavam em andamento quando o novo Plano Estratégico foi aprovado:

- Implantação do PJe-JT – Gestão de Riscos,
- Atendimento ao Público (expansão),
- Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau,
- Qualificação de servidores (1º grau),
- Agilização dos Julgamentos (1º grau).

b) Projetos novos, com início previsto a partir de 2015:

- Qualificação de gestores,
- Assessoramento aos Gestores,
- Grandes litigantes e demandas repetitivas,
- Entendendo o Orçamento e
- Estudar os impactos do PJe-JT sobre a saúde dos magistrados e servidores.

Apresentada a relação dos projetos, Carolina passou a expor a situação de cada um deles:

Entendendo o Orçamento: foram capacitados 17 desembargadores, no dia 17 de agosto de 2015. Está prevista a abertura de novas turmas ainda em 2015, estando a primeira, composta por juízes de 1º grau, agendada para 25/09. Informou que ainda não recebeu o resultado oficial das avaliações, mas considerou a capacitação interessante, pois abordou não somente aspectos legais, mas também situações concretas da execução do orçamento na Instituição.

Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau: Carolina relatou que no dia 31/08 foi lançado o “Manual de organização do trabalho para as unidades de 1º grau”, disponível para acesso na aba da Corregedoria. Para o lançamento, foram convidados todos os Diretores de Secretaria que contribuíram com o projeto, o Juiz Auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze, patrocinador no início do Projeto. Dra. Andréa complementou, ressaltando a importância da participação dos diretores na construção do manual e explicando que se trata de uma ferramenta dinâmica, que será aperfeiçoada com a colaboração de todos. Informou, ainda, que o manual será encaminhado a todos os juízes e pode ser divulgado também em eventos da SEGESP e da Escola Judicial. Finalizou dizendo ser a primeira vez em que o TRT tem um documento que apresenta a melhor forma de fazer ou organizar as coisas, respeitando o entendimento dos magistrados e a autonomia dos gestores. Carolina acrescentou que ainda não foi definida a forma de atualização do manual, mas já está ajustado com o gerente, Jéferson Andrade, e AGE que este é o próximo passo do Projeto.

Agilização dos Julgamentos: o projeto, sob responsabilidade da Corregedoria, tem relação com a Meta Nacional 1 e objetiva monitorar as ações que resultem na redução do prazo de julgamento para 50 dias. Foram elencadas para monitoramento no Projeto as seguintes ações: diagnóstico dos resultados do uso do gabinete extraordinário, juiz solidário e cobranças periódicas. Para as três ações foram feitos diagnósticos do resíduo e das respostas obtidas em cada ação. Em relação ao monitoramento dos resultados, Carolina ressaltou que, nas ações mencionadas, dos juízes provocados, 85% responderam positivamente. Dra. Andréa destacou a importância de que, em função da Gestão Estratégica, as ações já existentes na Corregedoria em relação ao resíduo puderam ser mapeadas e medidas. Anteriormente esse trabalho era feito de forma empírica e, com o Projeto, passou a ser executado de forma organizada, permitindo a avaliação do resultado das ações. O projeto tem como próximo passo a capacitação de assistentes de juiz. Em relação a isso, Dra. Andréa defendeu que sejam capacitados não apenas os servidores que já são assistentes, mas também aqueles que ainda não completaram o curso de Direito, mas têm interesse em atuar como assistentes no futuro. Completou relatando que a Corregedoria, em conjunto com a Presidência, está montando um “banco de dados” de

assistentes de juiz. Lá estarão cadastrados os servidores capacitados e com interesse em desempenhar a função de assistente.

Qualificação de Servidores: prevê a capacitação de um servidor por unidade judiciária, mediante convocação. O curso já está formatado e foi organizado em quatro módulos: fluxo do processo trabalhista, rotinas de Secretaria de Vara, análise de conhecimento, análise de liquidação e análise de execução. Os instrutores estão definidos e são todos Diretores de Secretaria. A capacitação está suspensa em virtude da greve dos servidores.

Qualificação de gestores: voltado aos gestores do 1º grau, tem como primeira ação o Itinerário de Diretores da Escola Judicial, nos moldes em que executado em 2014. Além do Itinerário, serão planejadas outras ações de capacitação, de acordo com especificidades definidas pela equipe do projeto estratégico. A Corregedoria é a unidade responsável pelo projeto e seu patrocinador é a Juíza Auxiliar da Corregedoria. Ainda está pendente a definição do gerente, que será indicado pela Juíza Andréa, a partir dos servidores da Corregedoria. Em relação ao Itinerário de Diretores, Dra. Andréa Nocchi sugeriu que determinados módulos sejam de participação obrigatória para alguns gestores, mediante convocação e mencionou alguns critérios que entende necessários para a efetividade do itinerário formativo, como estar no cargo há menos de 2 anos ou nunca ter participado de capacitação específica para Diretores de Secretaria.

Grandes Litigantes e Demandas Repetitivas: a gerente do projeto, Maria Augusta Arnold, assistente na AGE, efetuou o levantamento do conjunto de informações disponíveis no BI e a equipe da AGE recebeu treinamento nesta ferramenta para estudo das informações já disponíveis. Foi identificado que algumas informações importantes para o projeto não são atualmente mapeadas. A equipe discutirá formas alternativas de obtenção desses dados, que estão nos dispositivos das decisões de primeiro e segundo graus. As próximas atividades do projeto são planejar os relatórios que serão gerados e definir a forma de disponibilização das informações.

Implantação do PJe-JT – Gestão de Riscos: a implantação do PJe-JT está em fase final, e o projeto está em monitoramento.

Atendimento ao Público (expansão): a condução do projeto foi dividida em dois núcleos: capacitação para implantação do PJe e adequação estrutural, sob responsabilidade, respectivamente, da Assessoria de Gestão de Mudanças (AGM) e Secretaria de Manutenções e Projetos (SEMPRO). No primeiro núcleo, estão sendo ministrados treinamentos para diretores de secretaria, chefes de postos e coordenadores das Controladorias de Controle da Direção de Foro (CCDFs), com 40 horas-aula¹. O treinamento inclui gestão de secretaria, atendimento ao público e microinformática. Na adequação estrutural, o planejamento e execução pela SEMPRO seguirá o Plano de Obras do TRT, com observância das diretrizes de transparência, acessibilidade e atendimento sentado. A expansão ao interior não reproduzirá a estrutura de “Central de Atendimento ao Público – CAP”, como em Porto Alegre, uma vez que os CCDFs acumulam as atividades de apoio às Varas (protocolo, central de mandados e direção do foro), diferentemente de Porto Alegre.

Do rol de projetos para 2015-2020, há dois ainda não iniciados:

Assessoramento aos Gestores: voltado aos gestores de 1º Grau, terá como primeira atividade a consolidação de informações sobre as unidades judiciárias, de forma individualizada. A Corregedoria já está gerando informações referentes às Metas Nacionais e encaminhando aos gestores, que recebem orientação, quando solicitada. O passo seguinte será disponibilizar as informações aos gestores, de forma organizada e sistemática. Os gestores serão assessorados na utilização das informações para melhorar o desempenho da sua unidade. Essa ação prévia, de organização e disponibilização de informações é ação gerida pela AGE.

Estudar os impactos do PJe-JT sobre a saúde dos magistrados e servidores: está sendo aguardado o término da implementação do PJE-JT para iniciar o projeto.

2. Situação das ações setoriais:

¹ Na apresentação constou equivocadamente que o treinamento era de 20 horas-aula.

As ações setoriais estão sendo planejadas e executadas pelas áreas responsáveis, com o monitoramento da AGE, que também compila as informações.

As ações e respectivas áreas são:

Democratizar a construção dos Sistemas de Informação, responsabilidade da SETIC. Está na fase de planejamento.

TI mais próxima do usuário, também sob a responsabilidade da SETIC. Tem como objetivo capacitar multiplicadores de assessoramento básico em TI nas unidades judiciárias do interior. Já foram concluídas as seguintes etapas: planejamento dos treinamentos, preparação do conteúdo e do material didático e divulgação institucional da ação. Foi iniciado o treinamento de servidores, tendo sido treinados servidores das Varas de Canoas, Triunfo, São Jerônimo, Osório, Tramandaí, Capão da Canoa e Torres. Até novembro de 2015 serão treinados servidores de todas as demais unidades. Denilson Quadros relatou que a receptividade da ação tem sido boa, a partir da pesquisa de satisfação feita após os treinamentos. A intenção é melhorar os treinamentos, adequando-os às necessidades dos servidores das unidades.

Mapeamento das atividades da Coordenadoria de Saúde: de responsabilidade da AGE. A ação é decorrente do projeto estratégico já encerrado “Promoção da Saúde Ocupacional”. Foi concluído o levantamento dos atos normativos e dos expedientes relacionados à Coordenadoria de Saúde. Nos próximos meses, estão planejadas as entrevistas com servidores da área e a elaboração do relatório com o mapeamento das atividades.

Promover eventos voltados ao fortalecimento da cidadania: de responsabilidade da SECOM. Foram promovidos o “Dia contra o Trabalho infantil”, no dia 12 de junho, e uma atividade da campanha “Todos Juntos contra o Trabalho Infantil”, na Arena do Grêmio, no dia 14 de junho. Mário esclareceu que a SECOM faz a promoção dos eventos, mas que eles são sugeridos pelas Comissões ou pela Presidência do TRT4.

Estão em fase inicial as seguintes ações:

Implementar gestão de processos: a SEGESP, a Corregedoria, a Secretaria de Administração e a SEMPRO definiram, cada uma, três processos que gostariam de agilizar. A ação está em fase inicial.

Sistema de governança: ação de responsabilidade da Secretaria de Administração, trata das questões referentes ao indicador I-GOV, criado pelo Tribunal de Contas da União. O I-GOV é medido com base nas respostas a um questionário sobre a governança da instituição. O TRT já respondeu ao questionário em 2014, porém, segundo Daniela, o TCU ainda não divulgou a pontuação obtida. A ação setorial visa a aprimorar a metodologia de levantamento de informações e resposta ao questionário para verificar as possibilidades de aprimoramento nos itens que não estiverem atendidos.

Comunicação sobre o orçamento: de responsabilidade da SECOM, trata de repassar a magistrados e servidores informações sobre o orçamento, em linguagem acessível.

Capacitação em gestão de equipes para gestores do 2º grau: ação que será desenvolvida pela SEGESP, promoverá capacitação de chefes de gabinete e assessores dos desembargadores. A capacitação está prevista no Plano de Desenvolvimento Gerencial de caráter permanente na Instituição.

3. Atividades em desenvolvimento pelas áreas responsáveis pelas metas:

As Portarias 2.056/15 e 2.057/15 definiram as áreas responsáveis pela adoção de medidas para o cumprimento das metas institucionais. As áreas envolvidas e as medidas que estão sendo adotadas são:

Corregedoria: geração de relatórios de desempenho em relação às Metas Nacionais, individualizados por unidade judiciária, e encaminhamento para os Diretores de Secretaria, bem como orientação aos diretores acerca de medidas que podem ser adotadas para que a unidade melhore os resultados em relação às metas. Essas informações serão aproveitadas no projeto “Assessoramento aos Gestores”, ainda não iniciado.

Diretoria-Geral: documentação, por meio do ADMEletrônico, das ações e resultados das áreas sob sua responsabilidade (SEGESP, SEMPPO e SA) em relação às metas; monitoramento das metas das áreas e compilação das informações no ADMEletrônico, por meio de um processo principal e de processos vinculados.

A Diretoria-Geral passou a atuar como Unidade Socioambiental, a partir da publicação da Portaria 1.996/15. Em relação ao tema, Bárbara relatou que o TRT4 recebeu três palestrantes, um para falar sobre água, outro sobre luz e outro sobre lixo. Relatou, ainda, o lançamento da campanha “Desafio sustentável”, que estimula a economia de água e luz. A Diretoria-Geral também coordena a elaboração do Plano de Logística Sustentável, para o qual vêm sendo apuradas as ações em andamento atinentes ao assunto.

AGE: está em andamento a campanha de divulgação do Plano Estratégico 2015-2020. A ação está sendo desenvolvida pela SECOM, a partir das diretrizes da AGE. O mote da campanha é “*Gestão Estratégica: como eu me envolvo?*” e prevê a publicação de textos abordando os seguintes temas: o novo portal da gestão estratégica; Valores, visão e missão; Mapa Estratégico, diferenciando objetivos e metas; objetivos estratégicos; texto de fechamento, com um balanço e perspectivas da gestão estratégica.

A AGE também está elaborando documentação de referência sobre Metas para a 4ª Região, e já produziu um Glossário sobre as metas atuais, Relatório de Metas relativo ao 1º semestre de 2015, diagrama de correspondência entre as Metas, entre outros documentos.

Carolina adiantou que está em desenvolvimento um portal de informações para gestão, com os seguintes assuntos: para o 1º Grau, Informativo Mensal da Corregedoria; Movimentação Processual (Fase de Conhecimento, Fase de Liquidação e Fase de Execução); Prazos Médios (a partir do ajuizamento da ação); Metas no 1º Grau. Para o 2º Grau: Informativo Mensal do Tribunal; Movimentação Processual (por Órgão Julgador; por Gabinete de Desembargador, Recursos de Revista); Prazos Médios (Prazo Médio de Julgamento); Metas no 2º Grau; Informativo Uniformização de Jurisprudência; Grandes Litigantes e Demandas Repetitivas. As informações serão prospectadas, preferencialmente, com o uso do BI e ficarão disponíveis no Espaço VOX. A novidade em relação aos itens acima é o “Informativo de Uniformização de Jurisprudência”, que objetiva divulgar os temas com uniformização de jurisprudência



em andamento para auxiliar o Tribunal na gestão de seus processos. A expectativa é de que o Portal seja lançado ainda no ano 2015.

Carolina finalizou a apresentação, entregando a cada membro do Comitê o mapa do estado do Rio Grande do Sul com a divisão em microrregiões e, no verso, o Mapa Estratégico do TRT4 com as metas em vigor. Aproveitou para informar que a próxima RAE será em dezembro, em dia a ser confirmado.

Sem mais manifestações, a Desembargadora Ana Luíza agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião.